

**P O D E R   J U D I C I Á R I O**
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

**SENTENÇA**

Processo nº: **1012323-83.2014.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Inadimplemento**  
 Requerente: **CPFL TOTAL SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA**  
 Requerido: **MAIARA FLAVIANE PAGOTO ME**

CPFL TOTAL SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA ajuizou ação contra MAIARA FLAVIANE PAGOTO ME, pedindo a condenação da ré ao pagamento de R\$ 7.178,75. haja vista a falta de repasse dos valores arrecadados com as transações realizadas nos dias 09.11.2013 a 10.12.2013.

Após diversas diligências, a ré foi citada e contestou o pedido, aduzindo que realizou o repasse no período indicado pela autora, tendo a controvérsia surgido em razão de problemas técnicos apresentados no sistema de arrecadação eletrônica disponibilizado pela autora. Afirmou, ainda, que não possui os comprovantes de repasses, pois não é obrigada a guardá-los por prazo superior a 90 dias.

Manifestou-se a autora.

É o relatório.

Fundamento e decido.

As partes celebraram contrato de prestação de serviço de recebimento de valores financeiros e atendimento comercial (fls. 91/108), no qual ficou estipulada a obrigação da ré de repassar à autora todos os valores arrecadados com as transações realizadas.

A ré afirmou que realizou os repasses no período entre 09.11.2013 a 10.12.2013, contudo não apresentou qualquer elemento probatório capaz de corroborar sua alegação.

**PODER JUDICIÁRIO**
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Por outro lado, não é crível supor que a ré não possui os comprovantes de repasses em razão do decurso do prazo de noventa dias, porquanto, se realmente tivesse ocorrido falha no sistema de arrecadação e transmissão de dados eletrônica, ela teria se acautelado e guardado todos os recibos. Além disso, não há qualquer documento nos autos que demonstre que a ré cientificou a autora sobre os problemas técnicos surgidos.

Em caso semelhante, o Tribunal de Justiça de São Paulo assim decidiu:

"Cobrança. Contrato de prestação de serviços para recebimento de valores financeiros e atendimento comercial com obrigação da prestadora de fazer o repasse dos valores arrecadados à CPFL por meio de boletos bancários. Ação julgada procedente. Incumbência da prestadora de serviços de transmitir diariamente os dados das contas arrecadadas e o repasse dos valores respectivos, não se eximindo da apresentação dos canhotos com alegação simplista de decurso do prazo de noventa dias previsto no contrato como termo final para o arquivamento, pois houve notificação antecedente sobre a falta de repasse. Ônus da ré de comprovar o repasse. Ausente impugnação dos valores constantes do relatório de arrecadação. Frágil e sem substrato probatório a argumentação de problema no sistema de arrecadação. Recurso desprovido. Diante da relação jurídica de prestação de serviços continuados, cabia à ré, prestadora de serviços, comprovar o repasse dos valores que arrecadou no período questionado, em relação ao relatório de arrecadação apresentado, não se sustentando a afirmação de que tinha prazo de manter arquivados os canhotos de noventa dias. É provado que a demandante notificou a ré a demonstrar o repasse dos valores dentro do prazo de noventa dias, sendo que o repasse era feito através de boletos bancários, prova de fácil demonstração e que cabia à ré. É frágil ainda assertiva de problemas no sistema de arrecadação, sem qualquer substrato probatório." (Apelação nº 0002178-61.2012.8.26.0531, 32ª Câmara de Direito Privado, Rel. Des. Kioitsi Chicuta, j. 13/11/2014).



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Portanto, não tendo a ré demonstrado qualquer fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito da autora, é de rigor o acolhimento do pedido.

Diante do exposto, acolho o pedido e condeno a ré a pagar para a autora a importância de R\$ 7.178,75, com correção monetária e juros moratórios subsequentes aos contabilizados na planilha de cálculo de fls. 30.

Condeno a ré ao pagamento das custas e despesas processuais, corrigidas aquelas em reembolso, e dos honorários advocatícios dos patronos da autora, fixados em 15% do valor da condenação.

P.R.I.C.

São Carlos, 07 de abril de 2016.

  
**Carlos Castilho Aguiar França**  
**Juiz de Direito**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME  
 IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**